



1808: O JORNALISTA NO CAMPO DA LITERATURA¹

Hideide Brito Torres²

Resumo

Este artigo pretende discutir a figura do jornalista enquanto escritor de textos não-noticiosos, tomando como ponto de partida a análise da obra “1808”, de Laurentino Gomes. Discute-se a relação entre jornalismo e literatura, o jornalismo como *narração do real* e seu ethos de *lugar de interpretação*, em busca das marcas discursivas do jornalismo que se apresentam quando o jornalista percorre outros caminhos da escrita para além da notícia cotidiana. Com diversos jornalistas ingressando na esfera da biografia e da narrativa histórica, com livros que alcançam grande sucesso editorial e vendas significativas, pergunta-se pelo lugar – talvez não tão novo – da figura do jornalista como sujeito entre-lugares, cada vez mais demarcado não mais como o pretenso objetivo narrador da atualidade, mas também intérprete, tradutor e controverso “divulgador”.

Palavras-chave

1. Jornalismo 2. Literatura 3. História 4. Escrita

Introdução

Há uma relação entre jornalismo e literatura percebida, em geral, como inegável. Seja quando se fala da presença de elementos jornalísticos em romances ou textos de não-ficção, ou de elementos literários no discurso jornalístico (inclusive, a existência de um gênero chamado “jornalismo literário”), seja quando se considera a existência humana como campo em que tanto a narrativa jornalística quanto a literária se constituem, há uma chamada *contaminação* que não pode ser negligenciada (cf. NICOLATO, 2006, p. 1). Historicamente, a “descentralização do sujeito, produto da modernidade, e o surgimento de vanguardas vão derrubar os alicerces da arte convencional, e a literatura será afetada diretamente por esse novo discurso que também se aproxima do pragmático e das novas experimentações” (NICOLATO, 2006, p. 2) características do jornalismo.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

² Doutoranda no Programa Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha “Literatura, Identidade e outras manifestações culturais”. Bolsista Capes. E-mail: hideide@gmail.com.



Esses fatores farão com que a literatura do século 20 possa abarcar tanto as preocupações mais individualistas e intimistas quanto trazer “o caráter mais objetivo e a urgência e o imediatismo da linguagem jornalística” (NICOLATO, 2006, p. 2). De igual modo, o jornalismo se apropria das técnicas e dos modos discursivos da literatura para produzir, por exemplo, reportagens, perfis e biografias. Ademais, tanto jornalismo quanto literatura apoiam-se no uso das palavras no tempo e no espaço, como seu campo comum de significados e apropriações. Uma concepção do jornalista e de sua prática, notadamente a partir da década de 1970, introduz novos fatores nessa relação:

A partir dos anos 70 do século passado, com a chegada das teorias do newsmaking, passamos a entender a prática jornalística (...) como uma construtora social da realidade – noção que levou diversos autores a falarem de notícias, reportagens e outros produtos informativos, como narrativas (ARAÚJO, 2011, p. 7).

No contexto brasileiro, em particular, a relação entre jornalismo e literatura viveu momentos de distanciamento e aproximação, especialmente nos tempos mais recentes, conforme afirma Bulhões (2007, p. 9). Diversos dos mais reconhecidos autores brasileiros figuram entre os que desempenharam a atividade jornalística, como Euclides da Cunha, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos e Oswald de Andrade, entre outros. Santaella (apud MARQUES, 2009, p. 13) levanta outro fator a considerar na relação jornalismo-literatura: há um momento histórico em que “a cultura vai perdendo a proeminência das belas letras e das belas artes para ser dominada pelos meios de comunicação”. Ela entende esse momento como de “convergência”, o que não significa “identificar-se, mas tomar rumos que, não obstante as diferenças, se dirijam para a ocupação de territórios comuns, nos quais as diferenças se roçam sem perder seus contornos próprios” (SANTAELLA apud MARQUES, 2009, p. 13).

Em seu artigo, Marques segue defendendo a aproximação entre jornalismo e literatura não pela relação de subordinação ou de cronologia, mas a partir das funções de linguagem, conforme as determina Jakobson (MARQUES, 2009, p. 16). Tal metodologia do autor não cabe ao escopo deste artigo explorar, mas, de qualquer modo, é um fator a mais para demonstrar que posta está a relação, cabendo aos estudiosos percorrer os caminhos possíveis pelas quais esta se estabelece.



De igual modo, dados os limites do presente artigo, cabe destacar a dificuldade existente até mesmo em caracterizar, de modo definitivo, o que seja a narrativa. Motta nos alerta sobre isso quando afirma:

As ciências da linguagem percorrem uma extensão que vai da teoria literária (nova crítica, formalismo russo, teorias da recepção, teorias semiológicas estruturalistas, teorias marxistas) passando pelas tradições hermenêutica, analítica e simbólica, pela linguística, a semântica, a pragmática, a retórica moderna, a sociolinguística, o pós-estruturalismo, pós-modernismo, teorias do ato de fala, o construtivismo e outras vertentes. Não é fácil encontrar um caminho iluminador sobre o paradigma narrativo nessa densa floresta. (MOTTA, 2004, p. 2)

Apesar de todas as dificuldades pontuadas, justifica-se o fato de estudar jornalismo e suas relações com os estudos literários e vice-versa, haja vista que a conexão entre jornalismo e literatura, embora permeada por aproximações e afastamentos, não pode ser posta de lado. Ela é perceptível tanto na História quanto no interior mesmo dos discursos produzidos pelos dois campos do conhecimento.

Neste artigo, estudaremos alguns aspectos da construção da obra *1808*, levando em consideração este autor que sai do escopo do texto jornalístico e adentra ao território da história, trazendo, porém, as marcas do seu fazer. De que maneiras isso afeta a percepção da figura do jornalista? Que discursos podem ser percebidos quando a História, campo de conhecimento que se estabelece como autônomo e se ocupa das narrativas do passado, recebe a intervenção ou presença do jornalista? Não se trata, obviamente, de uma pesquisa em profundidade no texto, mas uma busca por marcas, indícios para encontrar no texto que se propõe como narrativa da história o discurso jornalístico. E nesse caso não se trata apenas de linguagem, mas de uma disputa pelo poder do discurso, pela autoridade de pronunciá-lo, em termos focaultianos.

Escolhemos esta obra por ser representativa da literatura na qual o jornalista aparece produzindo textos não-noticiosos, no caso, na área de história. A obra vendeu 1,2 milhões de exemplares até 2011³. O exemplar utilizado para nossa análise é da 8ª reimpressão, publicado pela Editora Planeta.

³ Dados da entrevista disponível em: <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html>, acesso em 10 abr 2014.



Embora Laurentino Gomes não se apresente como historiador e tente amenizar sua fala em diversas entrevistas sobre sua obra encontradas na internet, a introdução do livro evidencia: “O propósito deste livro é resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confiada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás” (GOMES, 2007, p. 20). Aqui, já aparecem alguns dos elementos identitários do jornalismo: a noção da objetividade (“mais correta possível”); certo heroísmo (“resgatar a história”, “tentar devolver”) e vontade de verdade (também expressa pela frase “dimensão mais correta possível” e pela disposição do autor em apontar “protagonistas” da história). Também enfatiza sua disposição em utilizar (da mesma forma que na construção da notícia em geral se faz) uma dramaturgia da narrativa histórica, pois assume que tratará de “personagens” e se debruçará sobre “os papéis que desempenharam”, mesclando-se aí as perspectivas históricas, jornalísticas e literárias que resultam no livro como produto final desse processo.

A seguir, a fala de Gomes explicita o *ethos* do jornalismo como lugar de tradução, de acessibilidade:

Um segundo objetivo deste livro, tão importante quanto o primeiro, é tornar este pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas que não estão habituados nem dispostos a decifrar a linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia de 1808 e seus desdobramentos (GOMES, 2007, p. 21).

Inicialmente, faremos uma abordagem acerca do discurso jornalístico, pois é a partir dele que Gomes pretende elaborar sua narrativa dos acontecimentos em torno da corte portuguesa no Brasil. A seguir, também discutiremos a relação entre o mito como narrativa que explica as relações em nossa sociedade e o jornalismo que na contemporaneidade assume que pode explicar e traduzir o mundo presente e seus acontecimentos. Prova disso é que existe uma área do jornalismo para explicar praticamente todos os campos do conhecimento ou interesse humano: jornalismo esportivo, jornalismo cultural, jornalismo político, jornalismo econômico, etc. O que antes era explicado pelo mito, no advento da ciência encontra no jornalismo um de seus mais importantes porta-vozes.

Por fim, pontuaremos alguns indícios do discurso jornalístico no texto de 1808, problematizando: como a fala do jornalismo sobre a história pode ser uma vontade de



verdade? Até que ponto a simplificação, que é um dos critérios de noticiabilidade, pode ser o argumento desta escrita? Que disputas pelo discurso aí se apresentam?

Jornalismo e organização do real

É preciso considerar o discurso jornalístico em si mesmo, em sua instância, entendendo que, “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

“É a “ordem do discurso” que estabelece, para Foucault (1996), as possibilidades de organização do real. Esta ordenação, além de possuir uma função normativa e reguladora, age por meio da “produção de saber, de estratégias de poder e de práticas discursivas” (AGUIAR, 2007, p. 2). Desta forma, pode-se depreender que o jornalismo exerce esta “ordem” por meio de “um conjunto de procedimentos de controle, seleção, organização e distribuição do discurso midiático que lhes são inerentes e que lhe conferem poder na sua interface” (SANTOS, 2008, p. 2) com outras esferas de saberes, como a religião, a política, a economia, etc. Por conta deste conjunto de procedimentos, o discurso jornalístico é atingido pelos sistemas de exclusão pontuados por Foucault: “a palavra proibida, a segregação e a vontade da verdade” (FOUCAULT, 1999, p. 19).

A *palavra proibida* refere-se ao fato de que nem tudo pode ser dito. No jornalismo em geral, “qualquer um não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999, p. 9). Isso pode acontecer tanto nos processos de edição da matéria, quanto na seleção das fontes ou ainda pela posição do sujeito falante no roteiro da matéria (se seu nome e profissão são citados, o tempo que lhe é destinado, o status com que é apresentado, etc.), o que determina o seu lugar de fala.

Além disso, existe no discurso jornalístico a força daquilo que Foucault chama de *vontade da verdade*. Os discursos, para o pensador francês, não são nem falsos, nem verdadeiros em si mesmos. Na constituição das práticas discursivas, o que existiria é um componente efetivo, que é o “regime da verdade”. “Seguindo essas proposições foucaultianas, podemos entender a ‘verdade’ como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos” (AGUIAR, 2007, p.4). Esta vontade da verdade se apoia num suporte institucional, isto é, há uma gama de estruturas/instituições que a reforçam e reconduzem. Foucault cita a pedagogia, o sistema de livros, as sociedades de sábios de outrora e os laboratórios hoje. A própria



mídia ocupa, na sociedade contemporânea, a condição de instituição, pois também regula os discursos e fornece condições para sua existência, circulação e desaparecimento.

Mas Foucault acrescenta que o modo como o saber é aplicado na sociedade, como é “valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1999, p.17-18) é, igualmente, de fundamental importância neste processo de estabelecimento da vontade de verdade. O fato de ter um suporte e uma distribuição institucional faz com que esta vontade de verdade exerça pressão e poder de coerção sobre outros discursos. O jornalista, quando se pretende um tradutor, intérprete dos demais campos do conhecimento, quando quer trazê-los de modo inteligível a seu telespectador, ouvinte ou leitor, por meio das instituições nas quais atua e por meio das quais opera, exerce essa vontade de verdade, valorizando ou não, distribuindo ou retendo, repartindo ou centralizando e de todos os modos atribuindo os saberes por meio do discurso.

Jornalismo e tradução do mundo

O saber que *constrói socialmente a verdade e atribui sentido* era constituído na Antiguidade, privilegiadamente, por meio do mito. As narrativas mitológicas encontraram seu melhor espaço de florescimento no contexto das religiões, com suas várias formas de estruturação (considerando religião em seu sentido mais lato, qual seja, a relação entre o humano e o sagrado, etimologicamente marcada pelo “religar”, na origem semântica do termo).

Para Campbell, os mitos possuem quatro funções. A primeira é a *mística*, o despertar para as questões relativas ao mistério e ao espanto que ele proporciona. A segunda é a dimensão *cosmológica*. Campbell afirma que é desta dimensão que a ciência se ocuparia, mas, embora ela possa dizer como a coisa funciona, ainda não é capaz de dizer o que a coisa é. A terceira função é a *sociológica*, que indica suporte e validação da ordem social em determinada sociedade. A quarta função seria a *pedagógica*, sendo que o mito ensinaria às pessoas a capacidade da resiliência (CAMPBELL, 1990, p. 43-44). Tomado como um conhecimento primordial, que emerge por meio da experiência e transmitido sob a forma de narrativas simbólicas, o mito tem, para Campbell, importante função reguladora das experiências sociais e preenche de sentido a existência humana. Por sua vez, Barthes entende que “mito é uma



fala” e “uma forma de significação”. Ele é definido pela forma como profere a mensagem (BARTHES, 2001, p. 131). Para Barthes, “a história transforma o real em discurso e comanda a vida e a morte da linguagem mítica” (BARTHES, p.132). Neste caso, ele tem uma ação naturalizante, essencializante.

Porém, na contemporaneidade, o mito se desvincula de sua ligação direta com a religião e aparece em novos contextos de significação. Muniz Sodré acrescenta à discussão quando intenta estabelecer o objetivo da narrativa mítica, partindo da Antiguidade, ao afirmar que

as ilusões míticas, os véus que cobriam as verdades comuns, mais revelavam do que explicavam o real. Assim regido, o homem antigo narrava os acontecimentos essenciais à conexão das coisas que, em sua totalidade, constituíam o cosmos ou o mundo enquanto forma primordial de sua existência (SODRÉ, 2009, p. 9).

Em sequência, o autor desenvolve a teoria de que a partir da modernidade, o espaço desses relatos que explicam o real passa a ser aquele promovido pela *ideologia*, que ele define como “ilusão metafísica”, como “montagem racionalista das significações, com meios de expressão objetivos e claros” (SODRÉ, 2009, p. 10). A explicação do mundo passa a ser feita pelas esferas que mais se identificam com o discurso da racionalidade – cabendo nesse contexto o fazer do jornalista que, em seu *ethos* traz, com a ideia de objetividade, o aspecto científico-racional e com a ideia da simplificação (como critério de noticiabilidade) a pretensão de traduzir/interpretar o mundo para o público leitor, ouvinte ou telespectador.

Acrescente-se ainda que desde os primórdios da imprensa, o jornalismo aparece como formador a partir da informação (ENNE, 2004). De modo privilegiado, o jornalismo é, ainda, um dos lugares de memória, ou, ainda, ‘espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea’ (ENNE, 2004). A capacidade de falar não apenas sobre o presente, mas também sobre o passado é fundamental valor. Memória e identidade são, pois, constituídas por “processos interativos e dinâmicos, práticas discursivas e estratégias narrativas” (ENNE, 2004, p. 101).

Aqui encontra-se um primeiro espaço para se discutir a relação entre jornalismo e história, pois, enquanto narrador do presente, seja no jornal impresso, na internet ou nos formatos audiovisuais, a perspectiva do jornalista nesta condição está carregada da ideia



da efemeridade. Tanto que alguns artigos que discutem essa relação estabelecem justamente como diferença entre o historiador e o jornalista o fato de o primeiro falar sobre o passado e o segundo, sobre o presente. Nesta acepção, o trabalho do jornalista parece interessar quando as edições antigas são manuseadas como fonte de pesquisa pelo historiador (MARCÍLIO, 2013, p. 42; VICENTE, 2013). Porém, como lembra Vicente,

Se tomamos o jornalismo como discurso acerca do real, como narrativa do fato ou, ainda, como interpretação do mesmo, ele também se torna espaço para a produção e circulação das narrativas míticas na contemporaneidade. De igual modo, transforma uma intenção histórica em algo como dado naturalmente, algo contingente em eternidade (cf. BARTHES, 2001, p. 162).

Já Rothberg (s/d) defende a ideia de que o jornalismo realiza uma *fetichização* da ciência (como grande área, na qual estão incluídas as ciências humanas, como a História), eliminando seus elementos de conflito, particularmente os relacionados com as questões políticas e econômicas (no caso das chamadas “descobertas científicas”, ainda mais). Baseando-se em Barthes, ele considera a narrativa do jornalismo em relação à ciência como mito, pois este “não nega as coisas (...) sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação” (BARTHES apud ROTHBERG, s/d, p.7).

De fato, existe no jornalismo uma pretensão de tradução do mundo, que se torna mais e mais evidente. Correia e Vizeu, por exemplo, afirmam que o “conhecimento do jornalismo trata dos acontecimentos do mundo, dos diversos saberes, dos campos da experiência e do cotidiano” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 17). Este caráter de interpretação do mundo se dá pela percepção dos “noticiários como um *lugar de mediação* entre o mundo dos fatos, dos acontecimentos (...) e a sociedade” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 17, grifos meus). Desta forma, percebe-se, na leitura do jornalista, uma necessidade de “explicar/traduzir o mundo” e não apenas, como inicialmente pretende, *reportar* um acontecimento. E na medida em que se produz um discurso sobre o acontecimento, gera-se um domínio, um poder sobre o que é dito, como é dito e também sobre aquilo que se opta em não dizer.

Esta prerrogativa aproxima-se daquilo que Foucault define como “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 1999, p.9). Ela é perceptível nos



enunciados dos jornalistas sobre si mesmos, como, por exemplo: “a imagem que a mídia constrói da realidade é resultado de uma atividade profissional de *mediação* vinculada a uma *organização* que se dedica basicamente a *interpretar a realidade social* (...) a mídia *não só transmite*, mas *prepara e apresenta* uma realidade dentro das *normas e regras* do campo jornalístico (CORREIA e VIZEU, 2008, p.13, grifos meus).

As expressões em destaque demonstram que tal discurso é proferido por sujeitos autorreferidos como profissionais, organizados, portadores do conhecimento e dos rituais de normas e regras pelas quais elaboram os seus enunciados. É desta forma que o discurso jornalístico se torna restrito, não sendo possível a qualquer pessoa pronunciá-lo, senão aquela que se enquadra no que Foucault entende como um

ritual que define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso (...) que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 1999, p. 39).

Cada campo de conhecimento pretende esta cientificidade do discurso para si. Este é, inclusive, um dos temas no debate entre historiadores, literatos e jornalistas quando estes últimos “invadem” o campo de conhecimento dos primeiros com produções não-noticiosas. Muitas vezes, a discussão gira em torno das questões de linguagem, das ferramentas de apuração que utilizam. Nesse particular, prevalece a percepção, por parte dos jornalistas, de que historiadores e literatos produzem um tipo de saber voltado aos seus pares, que a forma como são construídos os textos acaba por afastar os leitores comuns, avessos a essa dificuldade e que estão em busca ou se interessariam por esses temas se eles fossem “traduzidos” – portanto, a linguagem jornalística teria maior circulação e aceitação do que os textos acadêmicos e suas formulações complicadas.

Esta é uma primeira questão que este artigo pretende instigar. Se o jornalismo é o campo no qual são explicadas as relações sociais, ou mais do que isso, ele pretende “explicar o mundo”, funcionando como os mitos na antiguidade e sendo o espaço de circulação de sentidos, ele também pode acabar trazendo sobre outros campos de conhecimento aquilo que também o caracteriza como fragilidade: a simplificação que faz com que a notícia seja mais facilmente entendida pelo telespectador, leitor ou ouvinte também acolhe em si muitos silenciamentos, minimiza as complexidades dos



eventos, tende a privilegiar a rapidez da abordagem e dramatizar os eventos. Ainda que se coloque que a escolha do vernáculo, da linguagem e da forma do discurso privilegiem o melhor entendimento do tema pelo receptor, é preciso estar atento ao fato de que

o sentido de uma palavra ou de um conjunto de palavras não existe em si mesmo; ele resulta das posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico: as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inserem (BACCEGA, 1988, p.90).

Por isso, é preciso considerar o discurso jornalístico em si mesmo, em sua instância, entendendo que,

em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

De fato, da mesma forma que a literatura ocidental, citada por Foucault, teve de buscar apoio em saberes considerados mais elevados, “em suma, verdadeiros” (FOUCAULT, 1999, p.18), pode-se notar, no discurso jornalístico contemporâneo, uma constante busca por aquele saber que alcançou o nível de positividade mais elevado na sociedade – o científico.

Assim, parece que o jornalista, no exercício de sua função, busca responder a ele ou respaldar-se nele. “O jornalismo tenta imputar ao discurso que produz uma verdade única e incontestável, aproximando suas rotinas da lógica e da racionalidade presentes no discurso da ciência positivista” (HAGEN, 2008, p.42). Esta vontade de verdade do jornalista manifesta-se “pela autoridade de sua competência; é ele quem conhece o código, a origem, o fundamento e quem se assume, assim como se assegura, testemunha e autor da realidade” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 24).

De igual modo, procura estabelecer relações discursivas com outros saberes, fazendo referência a eles, *assumindo seus lugares de fala* ou fazendo-lhes indagações, conforme o caso. Desta forma, a produção de conhecimento do jornalismo não está dissociada da sua relação com certos domínios do saber. Essas relações discursivas não são internas nem externas ao discurso, mas, de alguma forma, elas



estão no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (...) determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam (...) o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2000, p. 52-53).

Uma ressalva é pertinente: não cabe aqui estabelecer, frente aos enunciados, posturas de certo e errado, verdadeiro e falso, manipulação, ideologia, etc. Na perspectiva foucaultiana, isto não vem ao caso. Também é preciso, na análise do discurso jornalístico, evitar atribuir-lhe o caráter de engodo ou falseamento da verdade:

O enfoque da manipulação das notícias não só favorece uma perspectiva moral ou psicológica da imparcialidade como também dificulta a compreensão do discurso jornalístico enquanto um processo historicamente situado. Desse modo, o que nos interessa é entender que as notícias são construções discursivas que produzem as condições de possibilidade através das quais a realidade se torna visível e dizível. (AGUIAR, 2007, p. 2).

Nesta análise, também não se pode furtar a refletir sobre a relação entre jornalismo e narrativa histórica. Como ocorre no jornalismo em geral, também no telejornalismo, a história se relativiza, as narrativas históricas sofrem o enquadramento do momento, pois trata-se do discurso da atualidade, conforme já citado, “não da atualidade cronológica, já que entre o momento do acontecimento do fato e a notícia, temos um interregno *mediado* pelo telejornal, mas da *atualidade do noticiário televisivo*” (CORREIA e VIZEU, 2008, p. 23, grifos dos autores).

1808 na perspectiva da dramaturgia da notícia: indícios do discurso jornalístico para uma construção discursiva da história

Iluska Coutinho, ao pesquisar o telejornalismo, percebeu que a forma como a notícia é apresentada possui uma estrutura com algumas características específicas. A primeira característica apontada por ela seria a narrativa a partir de conflitos, narrados pelo repórter ou apresentador. Problemas, ações e disputas seriam os eixos em torno dos quais a notícia é construída. Um indício de que isso acontece na narrativa de 1808 já aparece no subtítulo: “Como uma *rainha louca*, um *príncipe medroso* e uma *corte corrupta enganaram Napoleão* e mudaram a história de Portugal e do Brasil” (grifos meus). Assim como acontece no romance, é o conflito que desencadeia as ações, que coloca os personagens em movimento.



Articulado a esse conflito, temos também a *existência de um enredo*. “A forma de contar uma história em nossos telejornais, especialmente o padrão ou roteiro para construção de uma matéria com texto, som e imagem, seria o segundo aspecto dessa dramaturgia” (COUTINHO, 2005, p.2). Embora esteja se referindo ao telejornal, na construção do texto de Gomes, o texto traz outros elementos que formam na mente do leitor o contexto do som e da imagem. Um indício encontrado no livro e que é um recurso para construir esta imagem aparece na p. 29-30:

Imagine, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para a Austrália, sob a proteção de aviões da Força Aérea dos Estados Unidos. Com ele, teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de justiça (...).

Provavelmente, *a primeira sensação* dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e traição. Depois, de medo e revolta.

E foi assim que os portugueses reagiram na manhã de 29 de novembro de 1807(...) (grifos nossos).

Embora haja o fato histórico, a escolha semântica, as opções de linguagem e a construção do texto apontam para o acontecimento histórico como uma narrativa linear, na qual é possível perceber o “desenrolar do conflito”. O conflito proposto pelo discurso jornalístico torna-se a base para a construção de *representações e formações ideológicas* que visam produzir uma resposta de cunho apologético no receptor frente ao enunciado. Portanto, estabelecido o conflito que introduz o enredo da trama que se desenrolará, segue-se outra característica apontada por Coutinho: a *existência de personagens* (COUTINHO, 2005, p.2).

Todos os indivíduos presentes ou referidos no contexto da narrativa se transformam em personagens da notícia (a mocinha, o bandido, o herói, a vítima, os figurantes). Ao mesmo tempo em que este recurso vem da literatura, a forma discursiva do jornalismo se faz presente pelo critério da simplificação, que ocorre, neste caso, além do tipo de palavras utilizadas, também pelo uso de estereótipos para descrever as pessoas, possibilitando sua construção enquanto personagens, recurso presente nos romances e novelas:

O príncipe regente era tímido, supersticioso e feio. O principal traço de sua personalidade e que se refletia no trabalho, no entanto, era a indecisão. Espremido entre grupos com opiniões conflitantes, relutava até o último momento em fazer escolhas. (GOMES, 2007, p. 32-33)



Em Portugal, a rainha Maria I era perseguida por demônios. Seus gritos de terror ecoavam pelas madrugadas frias e enevoadas do Palácio de Queluz. (GOMES, 2007, p. 36)

Nos últimos duzentos anos, mais livros foram escritos sobre Napoleão do que sobre qualquer outra pessoa na História, com exceção apenas de Jesus Cristo. Mais de 600.000 obras fazem referência direta ou indireta a ele (...) Homem de ambição e vaidade desmedidas, inversamente proporcionais a sua baixa estatura, de 1,67 metro. (GOMES, 2007, p. 41)

A força das narrativas assim construídas é que a trama, a dramaturgia, os efeitos visuais e sonoros construídos na mente do leitor por meio dos recursos da linguagem podem formar um todo difícil de ser ignorado, devido à ambiência e atmosfera de suspense que é criada. Tais narrativas exploram o potencial dramático do acontecimento, o qual é recebido pelo leitor como algo mais palatável do que “o estilo árido do texto de Oliveira Lima”, que “torna-o cansativo até para os leitores mais familiarizados com o idioma peculiar das teses de pós-graduação”, como justifica o autor (GOMES, 2007, p. 21).

Como numa história, o jornalista assume o papel de narrador, aquele que contará os fatos a partir de determinado lugar de fala. Não é algo que aparece de forma evidente, mas a vontade de verdade, que posiciona o jornalista em cena no contexto da obra, indica que o jornalismo seria a fonte reconhecida de autoridade a partir da qual o evento pode ser interpretado. Desta forma:

Além da linguagem excessivamente acadêmica, os livros de História que tratam desse período apresentam uma intrigante questão semântica. A corte portuguesa mudou ou fugiu para o Brasil? Qual seria o termo adequado para definir o que aconteceu (...)? Os historiadores nunca chegaram a um acordo (...) Este livro chama o evento de fuga, substantivo adotado igualmente pelos historiadores Pereira da Silva, Jurandir Malerba e Lília Moritz Schwarcz, entre outros” (GOMES, 2007, p. 21).

Embora os historiadores citados tenham escrito suas obras antes do livro em questão, a escolha, as formas como a frase se delineia, são um indício da vontade de verdade que permeia a obra: o livro quer apresentar-se como palavra última sobre a perspectiva a partir da qual o leitor deverá interpretar os eventos. A questão que aqui se levanta não é da qualidade ou não da obra, mas de como o discurso jornalístico é, na contemporaneidade, o espaço no qual circulam os sentidos que organizam a vida social. De fato, não basta ao jornalista relatar; antes, é seu papel traduzir, interpretar. Ao sair do âmbito da notícia e enveredar pelo campo da história, como nesse caso, abre uma nova disputa pelo poder de falar sobre o passado, lugar de fala do historiador.



Considerações finais

Ao início, indagamos de que maneiras a percepção da figura do jornalista é afetada quando este sai do âmbito do texto noticioso para a narrativa literária? Que discursos podem ser percebidos quando a História, campo de conhecimento que se estabelece como autônomo e se ocupa das narrativas do passado, recebe a intervenção ou presença do jornalista? Essas questões são apenas iniciais em nossa pesquisa, mas o presente artigo pretende abrir um viés de análise.

Percebemos que a construção da história, usando da dramaturgia da notícia, pode confundir informação e entretenimento, misturar real e ficção e provocar reações as mais diversas nos leitores. Um enunciado jornalístico carrega sentidos, transforma ou solidifica realidades, estabelece e/ou consolida e/ou transforma estereótipos no meio social. Ademais, o que alguns historiadores levantam como argumento contra essas obras é que elas se caracterizariam mais como divulgação histórica do que como pesquisa histórica. Isso levanta um problema sobre o discurso jornalístico como espetacularização não apenas da notícia, mas também de outros campos do conhecimento, como a história e a ciência em geral.

Sensacionalismo, dramatização, tabloidização, trivialização e infotainment são atribuídos ao caráter comercial do jornalismo e traduzem, ao mesmo tempo, uma preocupação com o embaralhamento de fronteiras entre informação e entretenimento, realidade e ficção, um desencantamento – a época de ouro do verdadeiro jornalismo teria acabado – e um reconhecimento da inevitabilidade do fenômeno – a popularização seria uma tendência da mídia contemporânea e não deixaria de fora a produção da notícia (GOMES, 2008, p.58).

O papel do jornalista torna-se, em casos assim, passível de questionamentos e sua posição como um tradutor da realidade fragiliza-se. E um problema surge, pois ainda há um forte espaço para a crença na atuação do jornalista. De fato, os receptores ainda “têm mais confiança nos jornalistas do que nos governantes” (GOMES, 2006, p.2). A questão da ética jornalística e do ethos do jornalismo quando este entra em interface com outros campos do conhecimento está, portanto, em aberto. O poder de discursar, mediante essa liquidez, segue em disputa.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Bruno. A narrativa jornalística e a construção do real. In: *BOCC*, Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 2012. Disponível em:



<http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>,
acesso em 17/11/2013

BACCEGA, M. A. *Comunicação e linguagem: discursos e ciência*. São Paulo: Moderna, 1988.

BARTHES, Roland et. all. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. (Tradução de Rita Buongiorno e Pedro Souza). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix, 1995

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990

ENNE, Ana Lúcia S. Memória, identidade e imprensa numa perspectiva relacional. In: *Revista Fronteiras*, Unisinos, Vol.2, julho-dezembro 2004, p.101-116.

FOCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5.ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

GOMES, Itania Maria Mota. O que é popular no jornalismo popular? In: COUTINHO, Eduardo Granja, FREIRE FILHO, João e PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MARCILIO, Daniel. *O historiador e o jornalista: a história imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística*. In: *Aedos*. Porto Alegre: UFRGS, n. 12, vol. 5, Jan/Jul, 2013, p. 42-63.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente*. São Paulo: Compós, 2004. Disponível em <http://www.compos.org.br/e-compos>, acesso em 01 nov 2013.

NICOLATO, R. *Jornalismo e Literatura: aproximações e fronteiras*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília. Anais... São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM

PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. *Telejornalismo: cotidiano e lugar de segurança*. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. III, nº 1, 2006, p. 99-109

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 08 abr 2014

VIZEU, A. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.